SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - Teletime

Lucro líquido do Grupo Telefónica cai 34,7% em 2014

O Grupo Telefónica registrou um ano com quedas acentuadas nos lucros, segundo informou a companhia espanhola nesta quarta-feira, 25, em seu balanço financeiro referente ao quarto trimestre e a 2014 consolidado. O lucro líquido recuou 34,7% em 2014 em relação ao ano anterior, totalizando 3,001 bilhões de euros. Considerando somente o último trimestre, a queda quase deixou a companhia com prejuízo, com recuo de 89,5%, lucro líquido de 152 milhões de euros.

Convertendo em reais, o lucro líquido do grupo ficou em R$ 9,777 bilhões no ano. Ressalta-se ainda que no ano, segundo o resultado divulgado na terça-feira, 24, o lucro líquido da operadora brasileira foi de R$ 4,936 bilhões - ou seja, pouco mais da metade (50,49%) do lucro total do grupo, apesar de as receitas brasileiras serem 22,2% do total.

A espanhola alega que a queda no lucro reportado se dá por fatores sazonais com um impacto de 1,088 bilhão de euros somente no último trimestre, como impacto regulatório, adoção da taxa de câmbio no SICAD II (Sistema Cambiario Alternativo de Divisas) na Venezuela (399 milhões de euros) e provisão em custos de reestruturação (405 milhões de euros), além de 257 milhões de euros com "ajuste de valor da Telco". Trata-se da dissolução da holding acionista da Telecom Italia, que deixou a Telefónica com uma participação direta na italiana. Essa reclassificação permite que se venda o ativo à francesa Vivendi como parte do acordo para a aquisição da GVT.

O lucro operacional antes de depreciação e amortização (OIBDA) também caiu, 18,7% no ano, total de 15,515 bilhões de euros. No trimestre, a queda foi maior: 35,9%, total de 3,190 bilhões de euros. Com isso, caiu também a margem OIBDA para 30,8% (queda de 2,6 pontos percentuais) no ano e para 25,7% no trimestre (8,7 p.p.).

Por sua vez, o lucro operacional diminuiu 26,3% e fechou 2014 em 6,967 bilhões de euros. A queda no último trimestre do ano foi de 66,2%, total de 933 milhões de euros. Além das razões citadas, a empresa justifica o recuo com a venda de torres não estratégicas e de ativos (prédios) na Espanha.

A receita da companhia foi reduzida em 11,7% no ano e em 14,1% no trimestre, totalizando respectivamente 50,377 bilhões de euros e 12,399 bilhões, respectivamente. Mais uma vez, a queda é atribuída a impacto negativo da regulação e de flutuações de câmbio - mais notavelmente o SICAD II na Venezuela, "que trouxe um impacto de 2,187 bilhões de euros nas receitas do quarto trimestre".

A dívida líquida da empresa ficou em 45,087 bilhões de euros no final de dezembro, 294 milhões de euros abaixo do registrado em 2013. A relação entre dívida e OIBDA ficou em 2,74x.

Promessa de maior integração

Em seu balanço, a companhia destacou ainda a venda da O2 no Reino Unido para o grupo Hutchison Whampoa por 10,25 bilhões de libras (13,98 bilhões de euros). Já na Alemanha, a Telefónica exibiu resultados de acréscimo de 42,1 milhões de acessos na base após a integração da E-Plus a partir de outubro. No Brasil, além da aquisição da GVT, o destaque foi a compra de blocos na faixa de 700 MHz no leilão realizado no ano passado, que totalizaram 889 milhões de euros incluindo licença e limpeza de espectro. A companhia pretende incluir resultados consolidados da GVT a partir de julho deste ano.

Outra promessa é da área de TI global para a América Latina, incluindo projetos de aceleração da transformação de processos em projetos "full stack", com acesso multicanal, portfólio único de produtos e serviços, melhoria no "time to market" e melhor visibilidade do cliente. Segundo a empresa, 20 milhões de usuários já migraram para o novo esquema na Argentina. Destaca o serviço de TV Everywhere da Vivo no Brasil (lançado oficialmente em fevereiro) e o projeto de conta única no País, "incluindo serviços móvel, fixo, banda larga e TV". Atualmente, o cliente quad-play da operadora brasileira recebe três contas separadas (telefone e Internet são as únicas integradas), cada uma de um CNPJ diferente.

Assim como fez a operadora brasileira na terça-feira, o chairman executivo da Telefónica, César Alierta, destacou a concentração em serviços de "alto valor" (fibra, TV paga, LTE e smartphones), que foram responsáveis por "produzir uma reviravolta na tendência de receita média por acesso, que cresceu em 2014 pela primeira vez nos últimos anos".

Resultados operacionais'

Em dezembro a companhia totalizou 341 milhões de acessos, aumento de 6% em relação a 2013. Os acessos móveis foram 274,5 milhões, aumento de 8%, com destaque para a operação espanhola, que adicionou cresceu pelo terceiro trimestre seguido, primeira vez que isso acontece desde 2011. A base de smartphones, segundo a empresa, totalizou 90,4 milhões (aumento anual de 39%), penetração de 35% na base total. Os acessos de banda larga totalizaram 17,7 milhões (1% de aumento), sendo que 1,8 milhão eram de acessos com fibra (2,1 vezes maior do que 2013). Acessos de TV paga totalizaram 5,1 milhões, aumento de 48%.

A Telefônica tem 15 milhões de "premises passed" (residências endereçáveis com fibra) e 4G em 60% da Europa, além de dez países latino-americanos. No Brasil, o destaque foi o aumento de 58,9% no total de tráfego de dados móveis, totalizando em 2014 212,7 mil terabytes, incluindo volume de interconexões, MVNOs e roaming.

25/02/2015 - Telesíntese

Oi repassa R$ 28 milhões a debenturistas

Pagamento foi decidido na última reunião com os credores, no começo do mês.

A Oi anunciou hoje (25) o pagamento do waiver fee aos investidores que possuem títulos da segunda série da quinta emissão e da primeira e segunda séries da nona emissão de debêntures. Ao todo, a concessionária pagará R$ 28 milhões aos credores. O pagamento foi decidido em assembleia no começo do mês devido à redefinição de regras para a quitação dos debêntures. Na reunião, os credores aprovaram a proposta de a companhia usar o dinheiro obtido com a venda da PT Portugal à Altice numa eventual consolidação no mercado brasileiro.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - Teletime

Abrint diz que preço de referência dos postes é alto, mas será absorvido pelo mercado

O preço de referência para aluguel de postes, estabelecido em resolução conjunta da Anatel e Aneel, acabará sendo absorvido pelo mercado. Esta é a previsão do presidente da Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações), Basílio Perez, mas entende que questões importantes ainda precisam ser decididas antes da entrada em vigor da nova regra, no dia 30 de março.

A principal delas é a forma de adaptação dos contratos em vigor, que pagam valores muito acima do preço de referência de R$ 3,19 estabelecido na nova norma. "A resolução não é clara nesse quesito, apenas dá prazo de 10 anos para as grandes operadoras, que hoje pagam centavos por ponto de fixação a chegaram ao preço pretendido", afirma Perez.

Esse tema tem sido motivo de muitas reuniões na Anatel. De acordo com Perez, há diversas posições em debate, como a que é preciso esperar que o contrato faça aniversário para poder ser adaptado, ou como o entendimento de que basta pedir um aditivo para adaptar imediatamente.

"Na prática, o que entendemos é que vão acontecer vários casos de situações de arbitragens e conforme as decisões sigam na mesma direção, o próprio mercado vai se adaptar, se ajustar para que esse preço não seja só de referência, mas um preço de mercado, pacificando a questão", avalia Perez. Ele admite que o preço de referência ainda seja alto, mas mesmo assim chega representar até um quarto do que os pequenos provedores pagam hoje.

Para o presidente da Abrint, o momento agora é de testar a resolução, que entra em vigor dia 30 de março. "Já no dia 31 iremos solicitar a adaptação dos contratos junto às distribuidoras de energia. Se elas negarem, a questão vai resultar em pedido de arbitragem", disse Perez.

Banda larga para todos

As novas regras de aluguel de postes foram um dos temas tratados pelo presidente da Abrint em sua primeira audiência com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, nesta quarta-feira (25). Basílio Perez manifestou o interesse dos pequenos provedores em participar como parceiros do programa Banda Larga para Todos, ainda a ser detalhado pelo Minicom.

Para isso, entende que precisará de uma série de incentivos, como financiamento do BNDES, que já está em exame , por meio de algum tipo de aval, que atenda as exigências do banco. Outra solicitação foi a isonomia de tratamento com as grandes operadoras. Um exemplo disso, é a licitação de blocos de frequências regionais, para que as pequenas empresas tenham condições de competir.

"O ministro foi muito receptivo e se mostrou surpreso com a quantidade de atores existentes no setor", afirmou Perez, ao final do encontro com Berzoini.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

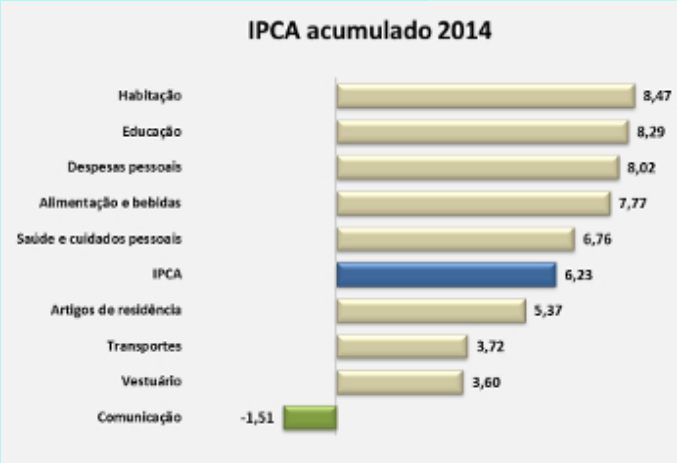
Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - Telesíntese

Serviços de Telecom ficam mais baratos em 2014

Segundo o SindiTelebrasil, o item de comunicação caiu 1,51% na formação do preço em 2014. No ano, o IPCA foi de 6,23%.



IPCA 2014Conforme o Banco Central, o item comunicação foi o que menos pesou na inflação, registrando queda de 1,51, enquanto o índice geral do IPCA ficou em 6,23.

Segundo o Sindetelbrasil, desempenho do setor em prol da economia do bolso do cliente fica evidente na comparação com outros itens. Considerando a telefonia fixa, por exemplo, a queda foi 6,46, enquanto o índice total do IPCA dos preços monitorados em 2014 foi de 5,20.

Os preços dos serviços de telecomunicações também têm ficado mais baratos em outros segmentos. Na telefonia celular, desde 2008, o preço médio do minuto caiu 55%, chegando, atualmente, a R$ 0,14, coforme pesquisa da Teleco. Mas esses valores não se refletem ainda na pesquisa geral internacional promovida pela União Internacional de Telecomunicações.

25/02/2015 - Telesíntese

Bom desempenho não impede demissões na telefônica Vivo

Em mais uma reestruturação depois de sua fusão com a Vivo, a Telefônica lançou neste início de ano um PDV (Plano de Demissão Voluntária) no Brasil. O bom desempenho da operadora em 2014, com aumento do lucro, não barrou o corte de pessoal. De acordo com a operadora, não há um número de demissões a ser atingido. "Tudo vai depender das adesões ao PDV", informa a assessoria de imprensa. Mas os comentários no mercado falam em 600 demissões, em toda a hierarquia, de diretores e gerentes a funções de apoio.

O PDV, de acordo com fontes da operadora, não é um enxugamento da estrutura para prepará-la para a nova fusão, desta vez com a GVT, que está em análise pelo Cade. Se são movimentos independentes, é possível que a fusão com a GVT, depois de aprovada, leve a nova reestruturação das áreas de apoio, e a novas demissões.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - CUT

Que os ricos paguem a conta do "equilíbrio fiscal"

Presidente da CSI, João Felicio defende taxação da riqueza e redução dos juros

Buscar o equilíbrio fiscal, a harmonia entre o que o Estado gasta e o que arrecada, mais do que uma preocupação constante, deveria ser uma orientação permanente de todos os governos comprometidos com o progresso e o bem-estar do seu povo.

Desequilíbrios fiscais podem ocorrer quando o Estado vai atrás de recursos para aplicar em políticas sociais, obras de infraestrutura, fomento à industrialização, produção de alimentos, etc. Afinal, os cofres públicos precisam estar sempre prontos para atender necessidades prementes como o são, entre outras, a educação, a saúde, o transporte, a moradia, o saneamento básico e a reforma agrária. Do contrário, sem investimento nestas áreas essenciais, parcela expressiva da população estaria condenada ao analfabetismo, às filas nos hospitais, ao caos urbano, à marginalidade. Mesmo com os inegáveis avanços que obtivemos na última década, essa ainda é, infelizmente, a realidade de dezenas de milhões de brasileiros.

No entanto, esses desequilíbrios fiscais podem ocorrer desde que se estabeleçam parâmetros que possam evitar a falência do Estado, dentro da mais absoluta transparência.

Por outro lado, é preciso reconhecer que anos de sangria e dilapidação do patrimônio, em que o sistema financeiro foi priorizado com o pagamento das mais altas taxas de juros do mundo e a farra do "superávit primário", conduziram nosso país à encruzilhada. Os recursos que entram já não conseguem fazer frente ao rombo deixado pela orgia dos bancos, nem pelas benesses recebidas pelas grandes empresas ou pelas polpudas desonerações às transnacionais.

Se neste momento há falta de recursos para continuar sustentando as políticas sociais, é preciso definir de qual setor da sociedade se deve buscar o montante necessário.

Diante do impasse, o governo federal deveria ter aprofundado a agenda desenvolvimentista e progressista que vinha trilhando – como defendia o programa pelo qual foi eleito -, mas decidiu pela capitulação à agenda neoliberal. O novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, optou pelo retrocesso neoliberal, derrotado nas urnas. Adotou o descaminho do ataque às conquistas históricas da classe trabalhadora, aos seus direitos sociais e previdenciários. Como todos pudemos ver, este foi e é um erro crasso – e não apenas econômico -, pois cava um abismo político entre a presidenta Dilma Rousseff e a base sindical, amplamente favorável à sua reeleição. Desnecessário relembrar o papel decisivo jogado por sua abnegada militância no segundo turno. Além disso, por ser uma mudança de rumo tão radical e repentina, é uma péssima opção, que leva ao descrédito.

Precisamos enfrentar o problema da ausência de recursos. O fato é que não há como equilibrar a balança sem aumentar o que nela entra e sem reduzir o que dela sai. Estancar a sangria, com a renegociação da dívida pública, é uma medida inadiável. Afinal, mais do que injusto, há muito de cruel no montante sacrificado no altar do capital especulativo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Para não sermos vítimas da bola de neve, medidas como a implantação do imposto progressivo e a taxação das grandes fortunas, heranças e transações financeiras, como elementos de distribuição de renda e justiça, são bandeiras que ganham importância vital. Da mesma forma que há urgência na redução das taxas de juros. São ações mais do que necessárias, que representam um ponto de inflexão para a tomada de consciência individual e mobilização coletiva. Esta é uma agenda que tem sido priorizada pelo movimento sindical internacional que, na maioria dos países, sofre com as políticas recessivas.

Neste momento vem à tona a bilionária fraude do banco HSBC em Genebra, Suíça, e sua lista com 8.667 brasileiros que lá fizeram depósito. Boa parte destes, provavelmente, são sonegadores. Cabe a pergunta: são os sonegadores e os ricos que devem pagar a conta do ajuste fiscal ou somos nós? Este questionamento está escandalosamente silenciado, varrido para baixo do tapete pelas emissoras de televisão, grandes jornais e revistas que comportam-se como agências de publicidade e propaganda, omitindo e manipulando em favor dos seus anunciantes. Parte da imprensa europeia e argentina já está denunciando o nome das empresas envolvidas na falcatrua. Na Argentina descobriu-se que parcela desses sonegadores é dona das grandes redes de comunicação do país. E a nossa imprensa, quando vai dar as caras? Há algum implicado ou é mesmo proteção de classe, autopreservação da espécie? E ainda há "intelectuais" abestalhados que afirmam que a luta de classes acabou.

Numa conjuntura tão rica, como podemos ter respostas tão pobres? Como justificar a redução de um microscópico seguro-desemprego para o trabalhador brasileiro, quando ele mais necessita, diante da montanha de dinheiro desviada do fisco para a gastança bilionária de magnatas em paraísos fiscais? Como justificar que o dono de uma empresa retire 50 mil reais mensais a título de pro labore para o seu sustento e não pague um centavo de imposto, enquanto um operário desta mesma empresa, que ganha 1.800 reais, seja taxado em 7,5% pelo Imposto de Renda e o que ganha 5 mil reais seja garfado em 27,5%? Como explicar que estas ilhas de sonegação concentrem de um terço à metade de toda a riqueza produzida no planeta? Por que os países devem se submeter às caducas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que permitem aos exportadores colocar o que bem entendem em suas declarações alfandegárias e subavaliarem seus produtos para pagar menos impostos? Por que não dar maior atenção à sonegação dos ricos, quando especialistas apontam que ela é 25 vezes superior à corrupção nos países em desenvolvimento? Como explicar que um pobre tenha uma carga tributária sobre o que consome superior a 40% e um rico não chegue a 20%?

Em alguns países os governos têm enviado projetos de taxação da riqueza para resolver a falta de recursos para investimentos. O governo brasileiro também precisa, urgentemente, comprar esta briga. O momento é de opções. Chega de transferir dinheiro de pobre para uma casta continuar afrontando a tudo e a todos, acumulando riqueza e poder. Cabe às centrais sindicais e movimentos sociais fortalecerem sua unidade de ação e radicalizarem na disputa em defesa da distribuição da renda, da democracia e da soberania. Para que os povos do mundo se reencontrem com a justiça.